




UM ENSAIO DE HISTÓRIA DAS MENTALIDADES? O PROBLEMA DO INSOLIDARISMO EM *POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL* (1920), DE OLIVEIRA VIANA

AN ESSAY OF HISTORY OF MENTALITIES? THE PROBLEM OF “INSOLIDARISMO” IN *SOUTHERN POPULATIONS OF BRAZIL* (1920), BY OLIVEIRA VIANA

Piero Detoni*

Universidade de São Paulo – USP

 <https://orcid.org/0000-0002-5106-7868>

pierodetoni@gmail.com

www.revistafenix.pro.br

RESUMO: Este trabalho coloca em evidência a maneira como Oliveira Viana informa o conteúdo dos conceitos, das metáforas e das expressões psicológicas que mobiliza em *Populações meridionais do Brasil* (1920). Por investigar as *formas mentis* da experiência histórica nacional consideramos pertinente esta indagação: *Populações* pode ser considerado um ensaio de história das mentalidades? Acompanhamos esse movimento intelectual através dos sentidos e dos significados que o problema do *insolidarismo* assume na obra. Por fim, fazemos uma aproximação entre o livro em questão e as condicionantes epistêmicas que sustentam a tradição ensaística brasileira nas primeiras décadas republicanas.

PALAVRAS-CHAVE: Mentalidades – ensaísmo – historiografia brasileira – história intelectual.

ABSTRACT: This paper highlights some of aspects by which Oliveira Viana introduces the content of the concepts, metaphors and psychological expressions he works on *Southern populations of Brazil* (1920). Through investigating the *mentis forms* of national historical experience, the question arouses: Can *Populations* be considered an essay on history of mentalities? We analyse this intellectual movement through the senses and meanings that the problem of “insolidarism” assumes in the book. Finally, we propose an approximation between the book and the epistemic conditions that sustain the Brazilian essayistic tradition in the first decades of the Republic.

KEYWORDS: Mentalities – essayism – brazilian Historiography – intellectual history.

* Doutor em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Licenciado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É membro do INTELLIGERE: grupo de pesquisa em História Intelectual e sócio da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia.

DO HOMO RUSTICUS BRASILEIRO AO ESPÍRITO DE CLÃ

É possível dizer que há um enigma chamado Oliveira Viana (WERNECK, VIANNA, 1993). O intelectual carioca é autor de uma vasta obra que transita por diferentes disciplinas: história, sociologia, psicologia, antropologia, ciência política, direito, sem que se chegue a um consenso sobre qual o tipo de abordagem é priorizado. É plausível afirmar que a obra de Viana seja interdisciplinar. Além disso, há acaloradas discussões acerca do seu posicionamento político entendido como autoritário ou, quando muito, como “autoritário instrumental”. Também é digno de nota as suas polêmicas reflexões nos anos 1920 de cariz eugênico. Por outro lado, ele é um propositor discursivo de ideias histórico-sociológicas que impacta o estudo de gerações de intelectuais brasileiros, para o bem ou para o mal. Ademais, como se sabe o plano ideológico da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) passa pelo pensamento de Viana. Ele é um sujeito capaz de movimentar leituras, na década de 1920, de vanguarda em história e em ciências sociais ao mesmo tempo em que conserva em suas análises paradigmas organicistas, sem contar a recepção de todo um ideário do corporativismo fascista (GENTILE, 2019). José Murilo de Carvalho diz que por certo período o intelectual é “mandado aos infernos” (CARVALHO, 1993, p. 14). De todo modo, o que temos diante de nós é um agente intelectual de múltiplas fisionomias, inclassificável; representante de parte substantiva da intelectualidade brasileira das primeiras décadas republicanas. Para se compreender o pensamento brasileiro no alvorecer republicano Oliveira Viana é incontornável. Ele é, no limite, um monumento que congrega várias alas daquela cultura intelectual.

Neste artigo abordamos *Populações meridionais do Brasil*, obra que lança Viana na vida intelectual brasileira dos anos 20, como um livro possivelmente de psicologia social, ou melhor, de “história das mentalidades”. O próprio intelectual fala em termos de “estrutura psicológica do nosso povo”, “mentalidade”, “psicologia social, coletiva, de povo” (VIANA, 1991, p. 271). São inúmeras as categorias, as metáforas e as expressões de caráter mental nos escritos vianistas. Assim, *Populações* talvez possa ser concebido como um ensaio nos limiares da história das mentalidades, em que se aborda as *formas mentis* do país em perspectiva histórica (a dimensão racial está presente no livro, mas ocupando uma zona explicativa subordinada à instância social). O problema desenvolvido em nossa reflexão está ligado ao dado que Viana considera cientificamente comprovado na “psicologia coletiva” brasileira, qual seja, o insolidarismo – ou individualismo. Para o estudioso, essa é uma verdade “experimental e indiscutível”. A questão do insolidarismo

brasileiro é uma das pedras de toque do seu pensamento político e social, dos anos 1910 aos anos 1950. E ela é trabalhada por nosso autor a partir de estratégias discursivas que parecem configurar as tramas de uma história das mentalidades. Nela, “a singularidade, a do acontecimento e a dos indivíduos, a cronologia escandida pela narração, o político enquanto lugar privilegiado de inteligibilidade são todos recusados. Empreende-se uma busca de regularidades, de fixidez, de permanência” (RICOUER, 2007, p. 201). Essa disposição epistemológica é visível na estruturação das *Populações*, mesmo que o parecer seja voltado para o ambiente europeu e ressaltando que, aqui, a dimensão política é um eixo crucial de abordagem, porém, não aquela política factual e estruturada em datas desaprovada por Paul Ricoeur.

O nosso autor pode ter se apropriado ativamente da *psicologia das multidões*, de Gustave Le Bon, da categoria *mentalidade*, de Lévy-Bruhl, e da *psicologia política*, de Émile Boutmey, além de realizar uma aproximação improvável entre o interacionismo da *psicologia social* de Gabriel Tarde e um conjunto de problemas implicados nas categorias *consciência coletiva* e *solidariedade social*, próprias de uma sociologia de matriz durkeimiana, para empreender essa hipotética análise de história das mentalidades. Não se quer, aqui, filiar *Populações* à história das mentalidades francesa, muito menos considerar os escritos de Viana *avant la lettre* ao movimento dos annales. Acreditamos, pelo contrário, que a sua história das mentalidades se encontra nos limites entre a relativa autonomia do autor e as pressões da cultura intelectual da Primeira República, o que torna as suas reflexões, em forma e em conteúdo, originais e dotadas de historicidade. Além do mais, a questão se *Populações* é ou não um ensaio de história das mentalidades serve mais como provocação intelectual e como uma forma de descongelar as várias camadas interpretativas que cercam a obra desde a sua publicação há exatos 100 anos. Acreditamos, assim, que a sensação de indeterminação causada pelo questionamento torna a leitura de *Populações* mais complexa e aberta a distintos modos de interpretação.

Oliveira Viana é mais um daqueles sujeitos que na Primeira República compreendem a identidade nacional a partir da geografia do interior do Brasil (DE LUCA, 1999), do seu universo rural (CANDIDO, 2006). Ele está medindo forças com agentes intelectuais que, para nos valermos de uma ideia euclidiana, projetam no plano identitário do país o suposto progresso civilizacional visto nas grandes cidades, ou no literal. É em busca dos tipos formativos da nação que se encontram no interior do país, no sertão, no “Brasil profundo”, que o estudioso fluminense elabora a sua interpretação. Como seu hermeneuta, em busca dos seus sentidos explicativos, na ambição de assimilar quais são os

seus “males de origem”, ou as suas virtudes, o autor das *Populações* encontra em homens e em mulheres do universo rural os traços de “mentalidade” que dominam o plano social de toda a experiência histórica brasileira, chegando ao ambiente da Primeira República, com especial atenção para o âmbito político – informal e formal.

Após defender a tese da nobreza da terra, em que concebe os grandes fazendeiros coloniais do Brasil como verdadeiros fidalgos, Oliveira Viana institui um eixo organizador para aquela realidade histórica rural baseado na hierarquização social entre “palacianos” e “rústicos”. Esse modelo de sociedade acompanha a formação histórica colonial brasileira. Mas Viana não é um evolucionista à moda do século XIX, porém, um agente intelectual que já tem à disposição o procedimento epistêmico da retrodicção, quer dizer, essa constatação do autor parte do presente republicano em direção ao universo colonial. O intelectual acredita haver um espelhamento (não perfeito) da disposição social a qual está enredado direcionado ao passado. Interessante assinalar que o autor menciona em várias passagens expressões aptas a compreensão do elemento social a partir de um processo de internalização psicológica, tais como *hábitos*, *modos de viver* e *costumes*, cujas significações orientam uma “mentalidade social”. Vejamos esta passagem:



essa nova sociedade em formação é, e há de ser por muito tempo ainda, uma sociedade de estrutura fundamentalmente rural, assentada por inteiro sobre uma base exclusiva de latifúndios pastoris e latifúndios agrícolas. Portanto, uma sociedade de hábitos e costumes caracteristicamente rurais (VIANA, 1920, p. 12-13).

Ressaltamos que esse universo social só é possível através de um longo aprendizado, que conforma a “mentalidade nacional”. Através da continuidade no tempo elabora-se um horizonte de representação que instala dispositivos de poder projetados socialmente, em que não se verifica grandes abalos em sua duração. As estruturas sociopolíticas próprias do ruralismo estão no âmbito da permanência, em que comportamentos e formas de pensar demoram expressivamente para sofrerem algum tipo de transformação.

Assim sendo, pensamentos, ideias, hábitos, modos morais e ideológicos que constituem brasileiros e brasileiras enredados pelo ruralismo denotam a constituição de uma “mentalidade”, isto é, formas duradouras de compreensão do mundo que caracterizam longos espaços de tempo. Somente desse modo Viana pôde realizar aquele vai-e-vem temporal, em que da situação presente projeta-se para a reconstrução do passado. É o próprio recurso da anamnese projetado para o âmbito histórico. De qualquer modo, a “mentalidade rural” está em estado de duração em plena Primeira República.

No universo colonial brasileiro há uma disposição política conflitiva entre a coroa e os núcleos sociais locais, onde um se performa de maneira centrípeta, enquanto que o outro de forma centrífuga. No limite, é o jogo de interesses entre o poder régio e os poderes locais da Colônia, que para Oliveira Viana são conduzidos por clãs. Enquanto que a forma centrípeta movimenta a população em direção às cidades, a força centrífuga a distribui pelo interior do país. Há, aqui, o primeiro embate na história brasileira entre o Estado ordenador racional da esfera pública e o poder oligárquico. *Latifundiários fidalgos e latifundiários rústicos* dão o tom do conflito de interesses políticos entre a Metrópole e a Colônia nos primeiros séculos. Porém, os latifundiários rústicos passam a viver na órbita, imitando-lhes o *ethos*, dos fidalgos, que confessadamente atendem aos interesses políticos, econômicos e sociais de Portugal. Por isso Viana enxerga uma “aura suntuosa”, derivada dos costumes ibéricos, nos primeiros agrupamentos sociais inscritos na Colônia.

Assim sendo, a mentalidade fidalga se dilui na sociedade colonial conforme passam os séculos. Vejamos o destino dessas formas de organização social visíveis na mentalidade brasileira: “a nossa nobreza rural apresenta-se, durante o IV século, perfeitamente fixado na sua quase totalidade pelos hábitos, pelos costumes e, principalmente, pelo espírito e pelo caráter” (VIANA, 1920, p. 19). Viana é incisivo: o ruralismo está “fixado na psicologia da sociedade brasileira” (VIANA, 1920, p. 19) (grifo nosso). Cabe destacar, pois, que desde a chegada da Corte ao Brasil os grandes fazendeiros se assenhoram da alta política no Brasil. Nesse processo as formas mentais do ruralismo são transpostas para o âmbito da administração pública. Toda essa movimentação político-social é percebida por Oliveira Viana como um fenômeno de “psicologia social”. As categorias que utiliza são incontestes: “psiquê coletiva”, “mentalidade social”, “caráter do povo”. Ao que parece as *formas mentis* brasileiras prefiguram, quando fixadas, a ação social, que o autor coloca em perspectiva histórica.

É um objetivo de Oliveira Viana perceber, em paralelo, como a “mentalidade social” ibérica, os “seus elementos arianos”, se dilui no contato com o meio e com a aristocracia rural local. O autor movimenta expressões importantes para que compreendamos o seu pensamento: “alma peninsular”, “nosso caráter”, “nossa mentalidade coletiva”. A aristocracia brasileira, já no século XIX, traz consigo laivos da mentalidade ancestral portuguesa em seus modos de comportamento, em que se quer passar a imagem da realização da civilização entre os seus membros. De qualquer forma, é essa mesma alta aristocracia rural que permanece, em tese, atuante ao menos até 1888.

O meio rural brasileiro condiciona modos de pensar e de agir, como é notado em mais uma metáfora mental mobilizada por Viana, qual seja, “alma”: “O meio rural é, em toda a parte, um admirável conformador de almas” (VIANA, 1920, p. 40). Esses modos de pensamento se materializam em virtudes e em moralidade. Diferentemente do universo citadino, no ambiente campesino as *formas mentis* estão na duração. Há pouca mobilidade social no interior do país. O latifúndio conforma a ação social rural. Naquela imensidão a população vive de forma insular e insolidária. Devido ao protagonismo do meio na interpretação de Viana não é um exagero compreendermos os seus estudos através dos horizontes do neolamarckismo. Parece oportuna esta passagem:

Nesse insulamento que ele impõe aos grupos humanos, a solidariedade vicinal se estiola e morre. Em compensação, a vida da família se reforça progressivamente e absorve toda a vida social em derredor. O grande senhor rural faz da sua casa solarenga o seu mundo. Dentro dele passa a existência como centro de um microcosmo ideal: e tudo é como se não existisse sociedade” (VIANA, 1920, p. 41).

E novamente Viana conclui o seu argumento recorrendo à uma premissa de psicologia social: o familismo brasileiro fomenta o “caráter” e a “mentalidade” das populações.

Projetando essa discussão teórica junto ao plano narrativo de *Populações* vemos que há uma proximidade social entre senhores de engenho e fazendeiros, qual seja, ambos aparecem sempre como chefes de clãs. Esses agentes sociais nunca estão sós, pois são assistidos por uma “plebe” de confiança que os protege materialmente e moralmente. A história política brasileira tem neles a sua força motriz ou a causa originária da sua “mentalidade”. O elemento aglutinador e, também, legitimador que oferece condições de possibilidade para o funcionamento dessa comunidade está ligado a prevenção daquilo que Oliveira Viana chama de “anarquia branca”, ou seja, contra toda a ordem de desmandos públicos, de facciosismos jurídicos e de corrupção. O que se observa é uma luta por poder entre os funcionários régios e o mandonismo clânico, com desdobramentos visíveis em plena Primeira República. Para se evitar a “anarquia branca” deve-se fortalecer o poder do clã, sendo que só ele pode competir com os interesses particulares e privados que se assenhoram daquela rarefeita cena pública brasileira. Assim, “não restaria outra opção aos grupos sociais subalternos a não ser se refugiarem sob o ‘poder tutelar’ dos clãs rurais, já que até o direito à propriedade lhes estava vedado” (BRASIL JR, 2010, p. 305). Arremata o intelectual de Saquarema: “(...) as instituições de ordem administrativa e política, que regem a nossa sociedade durante a sua evolução histórica, não amparam nunca, de modo cabal, os

cidadãos sem fortuna, as classes inferiores, as camadas proletárias contra a violência, o arbítrio e a ilegalidade” (VIANA, 1920, p. 159).

É diante desse cenário que a “plebe rural” passa a orbitar em torno dos clãs patriarcais. Um clã é instituído como uma forma de defesa dos interesses civis diante do pouco alcance, e má estruturação, da administração pública portuguesa. Em geral, são liderados pelos familiares dos latifundiários e por figuras importantes das comunidades. Um clã apresenta-se, em suma, como uma classe. De todo modo, o que Oliveira Viana quer demonstrar é a permanência desse fenômeno na história brasileira. O “espírito de clã” prefigura o agir social, fixando-se mentalmente, de homens e de mulheres os fazendo crer que exista apenas essa forma específica de sociedade. Essa intuição de Viana é o ângulo central para que nos perguntemos se *Populações* se apresenta como um possível livro de história das mentalidades. De acordo com o filósofo francês Paul Ricouer, em qualquer que seja o contexto epistemológico “o que o homem de uma dada época pode e o que não pode conceber sobre o mundo, eis o que a história das mentalidades pode se propor a mostrar, com o risco de deixar na indeterminação a questão de saber quem pensa assim por meio desse ‘aparelhamento mental’” (RICOUER, 2007, p. 201).

A organização social orientada pelo regime dos clãs, fato incontestável na experiência da história brasileira, ganha força pela ausência de instituições de amparo as classes menos favorecidas da sociedade. Não havendo assistência para essa população ela é arregimentada, devido a miséria que se encontra, pelos clãs locais. Assim, esses indivíduos caem nas malhas do “mandonismo”. Ou seja: inscritas nessa disposição sócio-política essas populações são “educadas historicamente” em suas formas de pensar e de agir. Elas comungam, então, um “espírito de clã”, dominando por inteiro a “mentalidade” dessa classe. Nesse processo há o fenômeno da barganha. “O camponês, por força mesmo do seu instinto de conservação, acerca-se do homem forte local, faz-se o seu cliente, torna-se o seu protegido, o seu camarada, o seu companheiro, o seu amigo incondicional na boa e na má fortuna” (VIANA, 1920, p. 165). Assim, o campônio brasileiro só se sente completo quando está submetido ao poder de um chefe. “É este o seu prazer, este o seu gozo íntimo, esta a condição da sua tranquilidade moral” (VIANA, 1920, p. 166).

Está, então, delineado o “fundo de mentalidade” do homem do povo. É fácil perceber que a história das formas mentais de Oliveira Viana se atenta para a estrutura e não para o individual ou o casuístico. Ficamos surpreendidos na leitura do livro com a inexistência de indivíduos em ação. Há, em *Populações*, um tratamento histórico radical junto às “formas de pensar e de agir” da sociedade brasileira, condição ideal para a emergência de

uma história das mentalidades, mas que preferimos deixar no âmbito da indeterminação. O que importa ver são as práticas coletivas e simbólicas, bem como as representações mentais que enredam os grupos humanos na duração presentes no livro.

UMA MENTALIDADE INSOLIDÁRIA

A conclusão dos estudos de Oliveira Viana nos anos 20 é esta, se desdobrando no restante de toda a sua obra: o principal problema que envolve a política de organização social no Brasil é a correção da “condição molecular ou atomística” do seu povo, que impede, então, a constituição e o desenvolvimento de uma “mentalidade solidarista”. “Entenda-se: de uma mentalidade em que sejam preponderantes, como motivo determinante de conduta de cada cidadão no plano da sua vida pública e política, a consciência e o sentimento dos interesses coletivos” (VIANA, 1991, p. 271) (grifos nossos). De qualquer maneira, brasileiros e brasileiras não estão aptos a democracia, na medida em que essa forma representativa de articulação política necessita da organização e da ação social coletiva, seja no âmbito local, a categoria, a classe ou o partido, seja geral, o município, o estado e a nação. É a partir da compreensão do insolidarismo como “dado sociológico” (fato social?) no Brasil que Viana desenvolve o argumento acerca da necessidade de um Estado que defenda, tutele e seja o educador do povo. Compreendemos essa disposição do pensamento de Viana a partir da conhecida ideia de “autoritarismo instrumental”, defendida por Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1978). Essa categorização, que serve para distinguir o autoritarismo de Viana diante de outros circulantes, aparece enquanto um instrumento político transitório, que abre condições de possibilidade para uma realidade histórico-social liberal futura no Brasil.

Para Maria Stella Bresciani, Oliveira Viana concebe brasileiros e brasileiras aprisionados “à teia da herança do seu passado colonial”, momento histórico em que “as tradições da pátria” lusitana se acomodam junto ao universo societário brasileiro. Em razão desse cenário os agentes históricos locais se fazem, já que enredados pelo familismo local, incapacitados de forjar uma nação, bem como um Estado burocrático-racional, tarefas atribuídas a eles pela Constituição de 1891 (BRESCIANI, 2007, p. 178).

Viana evidencia nas *Populações* o insolidarismo da sociedade brasileira como decorrente da sua formação histórico-social, resultando daí as “formas mentais” que acompanham a trajetória do país até o século XX. Esse tal “dado sociológico” brasileiro é favorecido pelo modelo patriarcal e escravocrata, que engendra uma cultura que suspende a necessidade da vida em sociedade e institui uma mentalidade que prescinde da ação social.

No universo rural brasileiro colonial não se constitui nenhuma forma de direito civil que organiza a vida em comunidade. Além disso, aquele cotidiano nas fazendas tradicionais não estabelece a associação entre indivíduos visando desejos coletivos compartilhados. Nesse modelo de sociedade, que Viana assinala ainda existir nas primeiras décadas republicanas, se nutre uma “mentalidade particularista” que se sobrepõe a uma esfera pública racional, democrática e organizada republicanamente.

Através do problema do insolidarismo, base do pensamento de Viana, nos parece interessante a indagação de fundo que assinala *Populações* como um ensaio de história das mentalidades, porque, de um lado, “as visões de mundo possuem uma coerência própria; de outro, certa continuidade estrutural lhes confere uma notável estabilidade” (RICOUER, 2007, p. 205). O insolidarismo arregimenta concepções de mundo e sensibilidades coletivas. Por meio desse problema Viana recupera representações e imagens, hábitos e valores reconhecidos por grupos ou pela sociedade em geral, formando o escopo de uma “psicologia coletiva” brasileira, isto é, o seu próprio fator identitário.

Angela de Castro Gomes afirma que o diagnóstico realizado por Oliveira Viana sobre o insolidarismo da estrutura político-social local “torna-se uma verdadeira chave mental, capaz de explicar a complexidade, a longevidade e a profundidade dos problemas brasileiros”, sobretudo, em um momento em que se passa do ufanismo ao realismo. Dito de outro modo, ele “transforma-se, assim, em um dos conceitos mais estratégicos de um discurso político sobre o ‘atraso’ do Brasil, presente na academia e na sociedade em geral (imprensa, senso comum), que só fará crescer e se difundir, desde os anos 1920”. (GOMES, 2010, p. 299). Não por acaso *Populações* torna-se um clássico.

Nas *Populações* Oliveira Viana coloca na perspectiva da duração o tipo de organização social estabelecido pela experiência histórica brasileira, com consequências no que tange a instauração de uma ordem pública burocrática, racional e moderna. O nosso autor argumenta que o núcleo dessa sociedade nascente é o latifúndio do café e do açúcar, ambientes perfeitos onde a “insolidariedade é completa” (VIANA, 1920, p. 143). Os agrupamentos sociais são “moléculas”, “átomos” sociais, dentro dos latifúndios. Assim, os agentes sociais situam-se em estado de isolamento dentro dos domínios rurais, que formam unidades independentes em que se estabelece formas de poder particulares. Nessa ambiência, brasileiros e brasileiras estão subordinados aos mandos dos latifundiários, que não necessitam das leis e não instituem formas contratuais organizadoras da experiência político-social (COSTA, 2006). Para o Viana, “cada núcleo fazendeiro é um microcosmo social, um pequeno organismo coletivo, com aptidões cabais para uma vida isolada e

autônoma” (VIANA, 1920, p. 151). Enquanto isso nas regiões do sul do país e nas caatingas nordestinas, lugares em que prevalece a prática do pastoreio, “assinalam-se alguns rudimentos de solidariedade e cooperação”, visíveis em atividades tradicionais como os rodeios e as vaquejadas, que expandem “o campo da solidariedade social para um pouco além do núcleo familiar” (VIANA, 1920, p. 151)

Nas demais regiões rurais do Sudeste, do Centro e do Norte “não se descobre nenhum traço de associação entre vizinhos para fins de utilidade comum” (VIANA, 1920, p. 242). A ação social, fundada em pactos civis voluntários, que cria condições de possibilidade para a emergência de formas jurídicas informais ou contratuais, “não é absolutamente necessária à classe rural”, dado que a dinâmica de vida nos latifúndios rurais “dispensa a cooperação” (VIANA, 1920, p. 250). Durante toda a experiência histórica brasileira, argumenta Oliveira Viana, inexistem os elementos políticos e jurídicos que nos países europeus, por exemplo, desempenham forte pressão solidária junto à dinâmica social. Essa disposição societária é responsável pela constituição dos clãs rurais, isto é, unidades sociojurídicas informais que estão na duração “desde o primeiro século, no seu isolamento inicial, oriundo do regime dos grandes domínios independentes” (VIANA, 1920, p. 243). Não há nada que force, no geral e no local, “os senhores de engenhos e cafezais, isto é, os grandes chefes de clãs rurais, à prática prolongada da cooperação e da solidariedade” (VIANA, 1920, p. 253). Essa disposição da sociedade brasileira lança ao futuro, como herança, permanências sociais, em formas sócio-mentais, que tornam a democracia impraticável no país (COSTA, 2006). Ela não se realiza no Brasil, amparamo-nos na reflexão de Paul Ricoeur, em razão da disposição social insolidária estar presente em seu “inconsciente coletivo” (RICOEUR, 2007, p. 207).

Da forma como discutido por Maria José Rezende e Odair Sass, Viana compartilha com uma gama importante de intelectuais da Primeira República um “pensamento conservador sobre as (im)possibilidades de que ocorram mudanças sociais no Brasil” (REZENDE, 1999:149). Conforme discutido por Sass (2005), o autor das *Populações* é um dos precursores na adoção da psicologia social como um modo de explicação da história e da cultura brasileiras. Nesse sentido, os significados projetados por Viana ao estudo das “mentalidades” orientam-se, antes de tudo, pela abordagem do núcleo do inconsciente político brasileiro em perspectiva histórica, sendo que a sua análise se desdobra em direção das carências da vida civil do país, condição necessária para implementação daquilo que o nosso autor chama de tecnologias das reformas sociais.

Em seu livro de estreia Oliveira Viana faz ver uma população atomizada, destituída de senso solidário; uma massa amorfa e desintegrada, sem consciência da sua real potencialidade social, sendo por isso necessária a intervenção estatal, que a educa e a nacionaliza. O objetivo de Viana não é pequeno: ir em busca do “Brasil real”, ou seja, da dimensão nacional da própria história do país. Assim, ao invés de propor modelos políticos estranhos à realidade local, como o federalismo, é na experiência histórico-social que o intelectual busca a ontogênese da política nacional. Assim, o seu intuito é:

Dar consistência, unidade, consciência comum a uma vasta massa social ainda em estado ganglionar, subdividida em quase duas dezenas de núcleos provinciais, inteiramente isolados entre si material e moralmente: — eis o primeiro objetivo. Realizar, pela ação racional do Estado, o milagre de dar a essa nacionalidade em formação uma subconsciência jurídica, criando-lhe a medula da legalidade; os instintos viscerais da obediência à autoridade e à lei, aquilo que Ihering chama “o poder moral da ideia do Estado”; — eis o segundo objetivo (VIANA, 1920, p. 290) (grifo nosso).

Portanto, o plano de Viana é prático e tem como princípio a rearticulação dos segmentos temporais da nação (político, social e cultural) visando solver as carências de orientação inscritas nos anos 20. Em primeiro lugar se faz necessário a coesão nacional, o sentimento de “comunidade imaginada”, em que os indivíduos passam a se entender como coparticipes de um todo coletivo social. Além do mais, urge educar brasileiros e brasileiras republicaneamente, quer dizer, é fundamental que saibam se inserir no espaço público como condição para o estabelecimento da cidadania. Os cidadãos da República devem ter a consciência que são enredados por um Estado racional-burocrático. Oliveira Viana institui um olhar retrospectivo sobre a história, dado que ainda na Primeira República localiza-se a *forma mentis* do insolidarismo corroendo a esfera pública nacional. A nação precisa passar, assim, por um “exame de consciência”, outra expressão mental. Em última instância, o que vemos é o Brasil no divã de Oliveira Viana.

O ESTADO E AS (IM)POSSIBILIDADES DAS REVOLUÇÕES BRASILEIRAS

Até mesmo a defesa contra os inimigos e a disposição do meio na região Centro-sul ao invés de serem fatores de união e de coesão social fomentam o insolidarismo, ou individualismo, reforçando o isolamento dos grandes clãs. Esses fatores não preparam a sociedade brasileira para a organização de uma unidade pública, para a consolidação de um aparelho governamental democrático e atuante, para a implementação de mecanismos de defesa comuns. Pelo contrário: fica patente a sua desnecessidade e inutilidade.

O poder público no período colonial tem como o seu paralelo os clãs rurais. Ele é visto com pouca simpatia entre os colonos. Apresenta-se como um verdadeiro intruso no interior de todo um microcosmo autossuficiente. Isso torna-se mais visível nas zonas auríferas. Há um claro confronto de interesses entre o poder régio e o poder local. O fisco português atravessa o domínio de mando dos grandes clãs brasileiros, movimento que torna a Metrópole uma verdadeira inimiga junto à camada social mais baixa da Colônia. É essa a primeira configuração de Estado no Brasil, em que não se verifica um aparelho burocrático, como é no caso norte-americano, emergir espontaneamente da sociedade como uma demanda social. “É uma espécie de carapaça disforme, vinda de fora, importada. Vasta, complexa, pesadíssima, não está, pela enormidade da sua massa, em correspondência com a rarefação e o tamanho da pulação que subordina” (VIANA, 1920, p. 300). Essa configuração estatal se reflete na “psicologia social” daquelas populações. Ela instaura, através de modos de pensar e de agir, uma “mentalidade política”.

É o que se vê, por exemplo, na atitude do povo, ontem e naquele hoje, diante dos seus representantes do poder central. Ele é somente temor, respeito e reverência para com as autoridades. Porém, há grande repugnância com os agentes que se situam no plano local. Viana explica esse fenômeno a partir da ideia de que nesses pequenos núcleos autônomos a única autoridade necessária é a do senhor de terras, o latifundiário, ou do senhor de engenho, enquanto que os órgãos administrativos ali instalados são considerados de empréstimo e desnecessários para o bom funcionamento da comunidade clânica. Dessa forma, o nosso autor pôde esclarecer a sua concepção de Estado. Ele é, antes de tudo, separado do âmbito privado. No Brasil não se discrimina a diferença entre poder público e os indivíduos que o exercem. Para que se realize perfeitamente é necessário que se veja nos representantes da autoridade a autoridade em si, em sua abstração. Do conceito concreto, material e tangível de Estado elevando-se ao patamar intelectual, quer dizer, o Estado racional, abstrato e, sobretudo, impessoal. Para Viana, essa intelectualização do conceito de Estado não está, ainda, disponível no Brasil. Vejamos esta passagem lapidar escrita pelo estudioso carioca nas *Populações*:

Entre nós, essa distinção ainda não se fez lucidamente na consciência das massas. Confundimos os agentes do poder com o próprio poder; os representantes da autoridade com a própria autoridade; os órgãos do governo social, com o próprio governo social. Daí, a substituição muito amiudada do poder resultar em desprestígio de poder; a sucessão constante da autoridade dar em consequência da fraqueza da autoridade; a mudança contínua dos órgãos do governo produzir a desordem, a descontinuidade, a instabilidade do governo e da administração pública, e

emprestar à vida política do país uma feição de anarquia permanente (VIANA, 1920, p. 303).

Vê-se, claramente, que a sociedade espontaneamente é incapaz de gestar um Estado racional e, conseqüentemente, viabilizar na política a democracia. Nesse ponto exato entra em cena o “estatismo” de Oliveira Viana, que compreendemos como “autoritário instrumental”. Os males de origem da nação devem ser corrigidos pela ação do Estado, considerado soberano, incontestável, centralizado e unitário. Ele deve ser capaz de se impor em todo país com a autoridade de quem “deve fundir moralmente o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento profético de um alto destino histórico” (VIANA, 1920, p. 305).

Viana argumenta que para a população reagir contra a tirania e a opressão dos que estão no poder; para se organizar, então, uma revolução civil, são necessárias qualidades e condições de origem material, social, moral e política que raramente se encontram na sociedade brasileira. Alguns exemplos são dados pelo autor: consciência do direito violado, tradições de liberdade política, exemplos históricos de resistência diante das autoridades; uma classe aristocrática e rica; capacidade de organização militar; cooperação militar; uma disposição agressiva diante das causas em luta; resistência física da “raça” e o controle do meio geográfico. Viana vislumbra, cabe dizer, no “tipo gaúcho” e no “tipo sertanejo” princípios, mesmo que incipientes, de resistência.

O autor das *Populações* é bastante cético no que se refere a capacidade de mobilização e de transformação social no Brasil. Não há, aqui, condições favoráveis para uma revolução. Isso em termos de “psicologia política”, “organização social” e “estrutura antropológica”. Viana salienta que se há limitações de ordem prática para a revolução, ao menos no terreno ideológico brasileiros e brasileiras deveriam se movimentar, alimentando “um sentimento do direito mais claro, enérgico e tenaz; uma consciência mais vivaz e lúcida das franquias políticas; uma percepção mais segura dos limites do poder do Estado; hábitos radicados e generalizados de solidariedade e cooperação política” (VIANA, 1920, p. 327). Em nenhum dos âmbitos assinalados, prático ou moral, se enxerga uma disposição ativa ou condições de possibilidade capazes de insuflar o povo para uma revolução. A história das formas mentais pensada por Oliveira Viana, ao abordar as impossibilidades da revolução no Brasil, performa-se através da análise de processos de pensamento de longa duração e de conjuntos de crenças próprios de grupos suficientemente distintivos, fazendo deles um traço tanto descritivo quanto explicativo. É assim que compreendemos o lugar do insolidarismo na interpretação vianista do Brasil.

O que o estudioso quer demonstrar é que no Brasil, em diversas temporalidades, não há “sentimento cívico”. A população brasileira, em uma perspectiva que chega ao nível antropológico, não tem “aptidões para a vida pública”. Mesmo que seja perceptível mudanças na ordem social e política durante a história do Brasil essa “psicologia coletiva” permanece ativa de modo subterrâneo. Essas transformações em nada corrigem “no povo e no indivíduo essa depressão inicial do nosso senso político e vigorizar a fibras da nossa reatividade cívica (VIANA, 1920, p. 327) (grifo nosso). Se as transformações sociais são mais lentas que as econômicas e as políticas, o plano das mentalidades é ainda mais cadenciado. Daí a preocupação de Viana em investigar as raízes e os desdobramentos da mentalidade insolidarista no Brasil através das suas práticas e das suas formas de crença.

Dito isso, em termos de sensibilidade política ou no âmbito do autoconhecimento do cidadão diante dos seus deveres para com a esfera pública, brasileiros e brasileiras são passivos ante à corrupção generalizada praticada por seus governantes. Há uma espécie de inércia. A capacidade popular de reação a esse estado de coisas aliada a uma postura cívica ativa é “indiscutivelmente insignificante, rudimentar e fraquíssima”. E o articulista conclui o argumento com mais uma metáfora mental: essa situação descrita corresponde, então, ao “temperamento nacional” (VIANA, 1920, p. 328) (grifo nosso). Há, antes mesmo da ação política, um sentimento maior de “cansaço”. A característica marcante dos levantes ocorridos no Brasil é a brevidade, algo em conformidade com o nível de participação dos agentes sociais no que tange a ordem pública. Lembrando que o foco de análise de Viana é circunscrito espacialmente pela região Meridional. Entre essas populações não há o sentimento de indignação política. É uma sensação social efêmera e que cessa assim que a causa imediata é solvida. Não há uma tradição cívica no Brasil.

Através de expressões psíquicas como a da “formação mental” e a da “mentalidade do povo”, o nosso autor afirma que um fator importante que explica essa disposição dos movimentos políticos brasileiros, ao menos na região Centro-meridional (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), é o da apropriação de ideários sociais extranacionais. Não há originalidade nas causas político-sociais locais. Elas são guiadas por ideias alienígenas, estrangeiras; “sem o menor lastro nas tradições nacionais, sem o menor traço de realidade na consciência do povo” (VIANA, 1920, p. 330). Essas ideias que fomentam as aspirações libertárias no país mais encobrem as causas em jogo do que promovem uma reação ativa e poderosa da população no plano político. Elas não possuem pregnância diante da realidade local, não representam o pensamento real das populações. Os problemas históricos do Brasil não podem ser resolvidos, pois, pelo olhar estrangeiro.

No Brasil parece comum a posição “tímida” da sua população diante do governo. Há, ao menos no Centro-meridional, uma sensação de “medo” perante o Estado. Isso pode ser explicado através de uma “reminiscência” colonial, quer dizer, é nessa região que o poder metropolitano português se fez mais presente. Essa timidez política de brasileiros e de brasileiras é uma *forma mentis* advinda do poder autoritário metropolitano, mais atuante justamente nessa região. Há uma clara conservação, no texto, dessa mentalidade. Assim, as causas locais não superam a autoridade total do Estado. Nem mesmo pelas armas o povo meridional consegue destruir a imobilidade que o Estado lhe impõe.

Outro interdito para as revoluções brasileiras encontra-se na enorme passividade dos tipos rurais diante desses movimentos. Eles se querem alheios a esse cenário. Isso é um traço de “psicologia coletiva”, que herda do passado colonial o insolidarismo. A indiferença é total. “Paga para ficar quieto no seu recanto, operoso nas suas lavouras, feliz nas suas estancias e fazendas” (VIANA, 1920, p. 336). Em suma, o plano mental de brasileiros e de brasileiras impossibilita, posto que preso ao passado, a transformação política e a mobilidade. Teria o dever político-social do país um destino melancólico?

A *utopia* de Oliveira Viana, nos apropriando da ideia de José Murilo de Carvalho, realiza-se a partir da proposição de um “modelo de sociedade” pautado na “cooperação, na incorporação, no predomínio do interesse coletivo sobre o individual, na regulação das forças sociais em função de um objetivo comunitário”, quer dizer, na atividade de um Estado que ao mesmo tempo em que guia os destinos da país está atento a sua “psicologia coletiva”. Um *self-government* em que se vislumbra uma “sociedade utilitária individualista”, uma “política contratualista” e um “mercado como ordenador das relações econômicas”. (CARVALHO, 1993, p. 13). Dito de outro modo, a questão nacional para Vianna emerge da sociabilidade imperfeita transformada em herança mental, em *formas mentis*, que só pode ser corrigida pelo protagonismo do “estatismo”.

POPULAÇÕES MERIDIONAIS DO BRASIL NOS HORIZONTES DO ENSAÍSMO BRASILEIRO

O ensaio de interpretação histórica é um gênero de grande importância na cultura intelectual situada na Primeira República. De certa maneira, essa forma específica de escrita da história tende a substituir os projetos de *história geral* próprios do século XIX, ao mesmo tempo que no seu plano explicativo há a passagem da *história filosófica* para a *síntese sociológica*. Isso implica que, em um primeiro momento, o *ensaio* se abstém da forte marca erudita das

histórias gerais, como se pode ver em Francisco Adolfo de Varnhagen, investindo no diálogo conceitual com as ciências sociais. Por outro lado, o ensaio histórico através de explicações advindas dessas instâncias de saber, em especial da sociologia, almeja a classificação dos fatos históricos, diferentemente dos modelos explicativos das histórias filosóficas que apenas urdem os eventos em uma narrativa de sentido. A síntese histórica, que se manifesta narrativamente através do ensaio, passa a ganhar condições de possibilidade na passagem para o século XX, sendo o suporte privilegiado para as interpretações do Brasil correntes. Essa dupla configuração do ensaio histórico é percebida em *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana. Podemos acompanhar essa disposição epistêmica a partir de suas palavras, em uma citação longa, mas que congrega grande parte das preocupações historiográficas do período em questão:

Para a perfeita compreensão do passado, a investigação científica arma hoje os estudiosos com um sistema de métodos e uma variedade de instrumentos, que lhes dão meios para dele fazerem uma reconstituição, tanto quanto possível, rigorosa e exata. No estado atual da ciência histórica, o texto dos documentos não basta só por si para fazer reviver uma época, ou compreender a evolução particular de um dado agregado humano. É preciso que várias ciências, auxiliares da exegese histórica, completem com os seus dados as insuficiências ou obscuridades dos textos documentários, ou expliquem pelo mecanismo das suas leis poderosas aquilo que estes não podem fixar nas suas páginas mortas (VIANNA, 1920: I-II).



Nessa passagem, Oliveira Viana sintetiza indícios epistemológicos substantivos visíveis através da historiografia na Primeira República. Em primeiro lugar, o estudioso do nacional tem à disposição um instrumental teórico-metodológico apto a tornar o passado uma instância tangível no presente. É importante salientar que a ensaística nacional descobre a retrodicção, quer dizer, os problemas abordados partem do presente retrospectivamente em direção ao passado. Em segundo lugar, a erudição por si só não basta para uma investigação de natureza histórica, dado que se passa a orientar as pesquisas através dos quadros conceituais das ciências sociais, saberes que servem ao ensaio no plano explicativo. O ensaio é um traço marcante daquela conjuntura epistêmica, dado que ele não avança na acumulação empírica do saber, que depois é urdido narrativamente pela razão filosófica, mas orienta-se por uma postura interdisciplinar, em que se privilegia o complexo a partir da interação conceitual entre os saberes.

Para Fernando Nicolazzi, o ensaio histórico de interpretação do Brasil “deslocaria o olhar da superfície visível para o âmbito não aparente do processo histórico” (NICOLAZZI, 2008). Dessa forma, a atenção aos critérios de erudição tende a ocupar,

gradativamente, um segundo plano frente à esfera interpretativa. No prefácio de *O ocaso do Império*, de 1925, Viana acentua a sua concepção epistemológica de história. “Ha duas espécies de história (...): a história dos factos e a história das ideias. Por isso mesmo há duas espécies de historiadores: os que historiam fatos e os que historiam ideias. Neste livro, eu procuro, de preferência, historiar ideias” (VIANNA, 1925, pp. 6-7).

Passando do plano epistemológico para o da ontologia social podemos nos perguntar quais as relações possíveis entre o ensaio de interpretação histórica e a experiência da história. Uma análise geral sobre a cultura histórica brasileira nas primeiras décadas republicanas sugere uma geração intelectual colocada diante de um dilema sócio-existencial significativo: a percepção de uma espécie de lapso de tempo entre a sociedade, em seus aspectos culturais, e o regime político instaurado, com as suas consequências no plano econômico (NICOLAZZI, 2008). Essa forma de experiência da história tem como sintoma mais evidente a sensação de que há uma “desordem no tempo”. Tempo político, tempo social e tempo cultural coexistem em gradações diferentes no mesmo contexto. Um exemplo dos impactos dessa forma de experiência da história relaciona-se com uma rápida desilusão, sobretudo, intelectual com os rumos políticos da República. Oliveira Viana é um dos intelectuais que percebem essa experiência da história própria da Primeira República, sendo o seu ensaio uma forma de reorganizar o tempo da nação:

(...) depois da abolição do trabalho servil em 88, o nosso povo entra numa fase de desorganização profunda e geral, sem paralelo em toda a sua história. Todas as diretrizes da nossa evolução coletiva se acham, desde esta data, completamente quebradas e desviadas. Uma série de fenômenos e epifenômenos, que se entrecruzam e embaralham prodigiosamente, torna impossível enquadrar a evolução republicana nas linhas, que emolduram a evolução nacional até 88 (VIANA, 1920, p. VIII-IX).

Considerando o lugar ocupado pela literatura no século XIX, que segundo Antonio Candido aparece como “fenômeno central da vida e do espírito” (CANDIDO, 1985: p. 130), e levando em conta os avanços pelos quais atravessa o conhecimento histórico, incorporando o instrumental teórico do cientificismo europeu e revisando os princípios da crítica documental dos historiadores imperiais, admitimos que as interpretações sociais sobre a nação passam das *histórias literárias*, como a de Sílvio Romero, de 1888, para o domínio das preocupações do *ensaio de síntese histórica* (NICOLAZZI, 2008).

Assim, percebemos nesta fala de Viana o tipo de inquietação que atravessa os ensaios, que possuem não somente a pretensão da interpretação da nação por ela mesma, mas conferem formas possíveis de interferir no campo da experiência da história:

“Devemos doravante jogar com os fatos, e não com hipóteses, com realidades, e não com ficções, e, por um esforço de vontade heroica, renovar nossas ideias, refazer nossa cultura, reeducar nosso caráter” (VIANA, 1920, p. XII). São muitas as respostas, mormente movidas através dos ensaios de interpretação histórica, à crise da consciência histórica visível na República. Uma delas é, como vimos, a crítica ao insolidarismo, que no caso leva Viana a construir uma teoria social atravessada pelo “autoritarismo instrumental”.

O gênero ensaio de interpretação histórica, exemplificado aqui através do caso de *Populações meridionais do Brasil*, parece constituir-se no espaço intelectual estabelecido pela situação acima descrita: a demanda por uma espécie de *síntese histórica* da nação, que supera, amparada pela assimilação de todo um instrumental teórico renovado advindo das ciências sociais em circulação, especialmente da psicologia e da sociologia, os princípios da *história filosófica*, como a de Karl von Martius, que orientam em grande parte a escrita da história no Brasil imperial, e a consciência, motivada pela desilusão com os rumos da República e com realidade social brasileira, de uma *crise na ordem do tempo*, o que gera o conhecido *topos* do “atraso nacional”, como se o Brasil estivesse em desarmonia com o movimento histórico moderno (NICOLAZI, 2008). O ensaio histórico parece, portanto, ser uma resposta plausível para essa situação por nós salientada

Populações coaduna-se, ainda mais quando percebido como uma história das mentalidades, com as preocupações do ensaio histórico. Cabe notar, de início, que a ampliação do tema leva Viana a construir um programa de pesquisa interdisciplinar. Isso resulta, em consequência, na abertura de um domínio mais plural de fontes, não estando elas adstritas ao documento oficial. Não se trata de uma abordagem sobre o fenômeno objetivo em si, mas sobre a sua representação, o que leva os historiadores a trabalharem com fontes que abrem margem para o conceitual ou para o imaginário. Vemos que essa disposição da história das mentalidades, da forma como pensada por Viana, vai ao encontro de uma das condições de possibilidade para a existência do ensaio histórico, qual seja, o tratamento dos acontecimentos a partir da perspectiva do valor. O fator que legitima o ensaio transcende a prova documental, deslocando-se para a coerência (interna e lógica) teórica mobilizada. Mas cabe frisar que o lastro documental mobilizado por Oliveira Viana é pequeno, mesmo com a ampliação do domínio das fontes possibilitada pela perspectiva das mentalidades. Ele é delimitado por crônicas, genealogias, narrativas de viagem, pela Revista do IHGB e por poucos historiadores nacionais. Porém, é um livro altamente conceitual. De acordo com José Murilo de Carvalho, em uma discussão com Batista Pereira, Viana assume o caráter generalista da sua obra. Para o autor fluminense: “eu não

sou um puro historiógrafo (...). Eu não sou um pesquisador de arquivos. Eu não sou um micrografista de história. Não sou, não quero ser, uma autoridade em detalhes (...) tenho a paixão dos quadros gerais (VIANNA *apud* CARVALHO, 1993, p. 17).

Além disso, fica explícito, através da análise sobre o fenômeno do insolidarismo, que a possível história das mentalidades de Viana se preocupa com atitudes e com comportamentos coletivos postos no âmbito da duração. Assim, se ambiciona colocar em relevo o “inconsciente nacional”, quer dizer, tudo aquilo que escapa aos agentes históricos, posto que revelador do conteúdo impessoal dos seus pensamentos. Ou seja, Viana procura investigar aquilo que está encoberto pelo tecido histórico-social, mas que atua de forma subterrânea. Michel Vovelle afirma que na história das mentalidades, independentemente do seu contexto de enunciação e de performance, há um jogo relativo que envolve as “condições de existência dos homens e a maneira pela qual eles reagem a elas” (VOVELLE, 1987, p. 116). Essa disposição epistemológica é assinalada nas *Populações meridionais do Brasil*, livro que privilegia “o valor do elemento histórico na formação da psicologia dos povos” (VIANA, 1920, p. I) (grifo nosso). Como sabemos, o ensaio histórico, nas suas variadas formas, não apenas no domínio de uma suposta história das mentalidades, tem como objetivo a inscrição no presente daquilo que não é aparente no processo histórico, instaurando, então, a preocupação com a diferença.

É em busca da resolução dos impasses na ordem do tempo, da superação do sentimento de desilusão política motivador da “ideologia do atraso”, configurações sociais visíveis na Primeira República, que Oliveira Viana volta-se para o passado como forma de descobrir os problemas congênitos da nação. Através de um olhar retrospectivo, lançando mão do dispositivo teórico da retrodicção, o estudioso carioca pôde “investigar na poeira do nosso passado os germens das nossas ideias atuais”, efetivando um estudo que se preocupa, principalmente, com a “psiquê nacional”. Ou seja, a hipotética história das mentalidades de Viana busca uma solução para os “males de origem” do país, em compasso, então, com as preocupações do ensaísmo brasileiro. Assim, sugere Viana que o “passado vive em nós, latente, obscuro, nas células do nosso subconsciente. Ele é que nos dirige ainda hoje com a sua influência invisível, mas inevitável e fatal” (VIANA, 1920, p. I) (grifos nossos). Enfim, é na ambição de fazer o Brasil se encontrar consigo mesmo, conhecendo a sua própria mentalidade, que Viana propõe o seu programa político “estatista”, promovendo, assim, o seu “autoritarismo instrumental” como forma de superar as *formas mentis* que aprisionam o país a um passado que não passa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

VIANA, Francisco José de Oliveira. Insolidarismo e solidarismo. In: _____. **Ensaios inéditos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **O ocaso do Império**. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1925.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil (história – organização – psicologia)*. Primeiro volume. Populações rurais do centro-sul (paulistas – fluminenses – mineiros). São Paulo: Monteiro Lobato & Cia. Editores, 1920.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL JR., Antônio da Silveira. **Intelectuais e Statemakers**: Oliveira Vianna, Evaristo de Moraes Filho e a ação coletiva no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, vol. 23, n. 46, pp. 301-320, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. São Paulo, Editora Nacional, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Vianna. In: BASTOS, Elide R.; MORAES, João Q. de (orgs.). **O pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.

DE LUCA, Tania. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (n)ação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

GENTILE, Fábio. A apropriação do corporativismo fascista no “autoritarismo instrumental” de Oliveira Vianna. **Tempo** [online], vol. 25, n. 1, pp. 110-132. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S141377042019000100110&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 10 ago. 2020

GOMES, Angela de Castro. A experiência colonial e as raízes do pensamento social brasileiro: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. **Revista de História Portuguesa**, t. XLI, pp. 291-304, 2010. Disponível em: <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/artigo/experi%C3%Aancia%20colonial%20e%20ra%C3%ADzes%20do%20pensamento%20social%20brasileiro%20oliveira%20vianna%20e%20s%C3%A9rgio> Acesso em: 10 ago. 2020.

MARTINS-COSTA, Judith. Sobre a princípio da insolidariedade: os cumes das montanhas e os universos submersos. **Letras**, n. 32, pp. 145-166, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11916/7337> Acesso em: 25 mai. 2020.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado. Tese (Doutorado em história) – Programa de Pós-graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

REZENDE, Maria José de. Oliveira Vianna e a Mudança Social no Brasil. **Cad. Est. Soe**, 15(1), Recife, 149-178, 1999.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

SASS, Odair. Psicologia, tecnologia e educação: apontamentos sobre Oliveira Vianna e Lourenço Filho. **Psicologia Política**, 5(10), pp. 161-181, 2005. Disponível em: https://www.academia.edu/39357278/Psicologia_tecnologia_e_educacao_sobre_Oliveira_Vianna_e_Lourenco_Filho Acesso em: 10 ago. 2020.

VOVELLE, Michel. Existe um inconsciente coletivo? In: **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WERNECK VIANNA, Luiz. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: BASTOS, Elide. R; MORAES, João Q. (orgs.). **O Pensamento de Oliveira Vianna**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 27/08/2020 PARECER DADO EM: 12/01/2021